

Acompanhando famílias em processo de reconfiguração: representações atribuídas pelos genitores egressos das “oficinas de parentalidade”**Accompanying families in the process of reconfiguration: representations attributed by parents who were former participants “oficinas de parentalidade”****Acompañando a las familias en el proceso de reconfiguración: representaciones atribuidas por los padres egressos de los “oficinas de parentalidade”****Recebido: 03/09/2019****Aprovado: 05/06/2020****Publicado: 29/07/2020****Laís Macedo Costa¹
Liniker Douglas Lopes da Silva²
Alice de Oliveira Fagundes³
Luciana Maria da Silva⁴**

Este estudo teve por objetivo relatar as representações atribuídas pelos genitores às intervenções realizadas no projeto de extensão “Oficinas de Parentalidade” após dois meses da participação. Trata-se de um estudo empírico amparado na abordagem qualitativa de pesquisa, no qual foram realizadas entrevistas estruturadas entre 2016 a 2017. As respostas emitidas pelos 126 genitores que participaram do estudo foram analisadas via técnica de análise de conteúdo de Bardin, resultando em três categorias: *Impactos das “oficinas de parentalidade” para a vida dos participantes e seus filhos; Reavaliando os conceitos a respeito de ex-cônjuges e família reconstituída; e Aprendendo com o Grupo*. A maioria dos entrevistados relatou ser positiva a participação nas oficinas e que refletiu sobre a forma de agir com os filhos menores e com o ex-cônjuge após a dissolução conjugal, o que indica a possibilidade de crescimento e aprendizagem com a experiência em grupo, bem como a efetivação de reavaliações importantes na esfera dos relacionamentos interpessoais e familiares. Isto pode gerar proteção as crianças e adolescentes de possíveis danos psicossociais decorrentes dos conflitos vivenciados após o divórcio.

Descritores: Família; Poder familiar; Divórcio.

This study aimed to report representations attributed by parents to the interventions carried out in the “Oficinas de Parentalidade” (“Parenting Workshops”) extension project after two months of participation. This is an empirical study supported by the qualitative research approach, in which structured interviews were carried out between 2016 and 2017. The responses issued by the 126 parents who participated in the study were analyzed using Bardin's content analysis technique, resulting in three categories: *Impacts of “parenting workshops” on the lives of participants and their children; Reassessing concepts regarding former spouses and reconstituted family; and Learning from the Group*. Most of the interviewees reported that their participation in the workshops was positive and that they reflected on how to act with their younger children and with their former spouse after marital dissolution, which indicates the possibility of growth and learning from the group experience, as well as the realization of important reevaluations in the sphere of interpersonal and family relationships. This can provide protection for children and adolescents from possible psychosocial damage resulting from conflicts experienced after divorce.

Descriptors: Family; Parenting; Divorce.

El objetivo de este estudio fue informar sobre las representaciones atribuidas por los padres a las intervenciones realizadas en el proyecto de extensión “Oficinas de Parentalidade” (Talleres de Parentalidad) después de dos meses de participación. Se trata de un estudio empírico basado en el enfoque cualitativo de la investigación, en el que se realizaron entrevistas estructuradas entre 2016 y 2017. Las respuestas emitidas por los 126 padres que participaron en el estudio fueron analizadas mediante la técnica de análisis de contenido de Bardin, lo que dio lugar a tres categorías: *Repercusiones de las “oficinas de parentalidade” en la vida de los participantes y sus hijos; Reevaluando los conceptos relativos a los ex cónyuges y la familia reconstituída; y, Aprendiendo con el Grupo*. La mayoría de los entrevistados comunicaron que su participación en los talleres fue positiva y que reflexionaron sobre la forma de actuar con sus hijos más pequeños y con su ex cónyuge después de su disolución matrimonial, lo que indica la posibilidad de crecimiento y aprendizaje de la experiencia del grupo, así como la realización de importantes reevaluaciones en la esfera de las relaciones interpersonales y familiares. Esto puede generar la protección de los niños y adolescentes contra los posibles daños psicossociales resultantes de los conflictos experimentados después del divorcio.

Descriptores: Familia; Responsabilidad parental; Divorcio.

1. Psicóloga. Uberaba, MG, Brasil. ORCID: 0000-0001-6843-0654 E-mail: laismacedocosta@hotmail.com

2. Psicólogo. Mestre em Psicologia. Uberaba, MG, Brasil. ORCID: 0000-0002-8259-7618 E-mail: liniker08@hotmail.com

3. Licenciada Plena em Educação Infantil. MBA em Gestão de Pessoas e Coaching. Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro UFTM, Uberaba, MG, Brasil. ORCID: 0000-0003-0445-2285 E-mail: lilice_fagundes@hotmail.com

4. Psicóloga. Mestre e Doutora em Psicobiologia. Professor Adjunta do Departamento de Saúde Coletiva da UFTM, Uberaba, MG, Brasil. ORCID: 0000-0002-1001-0494 E-mail: lumarias@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O processo de divórcio e/ou dissolução da união estável traz mudanças consideráveis na estrutura familiar e, por vezes, pode ser conturbado, havendo conflito de interesses em relação à guarda dos filhos e questões financeiras¹. Mesmo sendo um fenômeno frequente nas sociedades ocidentais, o divórcio representa um momento de grande exigência, em termos de adaptação social e psicológica dos diferentes elementos da família².

As consequências emocionais desse processo podem se estender para todos os membros da família, principalmente para os filhos menores de idade. Há possibilidades de produção de sequelas psíquicas nos envolvidos, a partir das mudanças das relações familiares e, principalmente, por comportamentos e comunicações conflituosas entre os pais. Tais situações geram grandes e graves sequelas, dificuldades de relacionamentos e comportamentos prejudiciais para as relações familiares³.

Muito se discute sobre ações e comportamentos alienantes do ex-casal em relação aos filhos, os quais trazem sérias consequências emocionais para crianças e adolescentes e afetando todos os aspectos de suas vidas. A alienação parental consiste no comportamento, geralmente após o divórcio, em que um dos genitores desqualifica ou desmoraliza o(a) ex-parceiro(a) para/na frente dos filhos, sendo considerada uma violência praticada contra crianças e adolescentes. Tal tipo de abuso emocional pode ter sérias implicações psíquicas aos envolvidos e, em divórcios litigiosos, as chances de ocorrer tal comportamento são maiores. O divórcio litigioso ocorre quando o casal discorda sobre uma ou algumas questões pertinentes ao divórcio, como partilha de bens, pensão, guarda de filhos, ou ainda por uma das partes não querer o divórcio. É um processo judicial e é decidido por um Juiz de Direito⁴.

Debate-se também sobre o despreparo dos pais e filhos para lidarem com o processo de adaptação e construção da nova configuração familiar. Nestes casos, existe a necessidade de ações que auxiliem o ex-casal a tentar superar, ou ao menos amenizar, estas situações. Ou seja, ensinar maneiras para entender e transformar os conflitos em oportunidade de melhoria da qualidade dos relacionamentos pessoais e familiares. Tais instrumentos atuam para a pacificação das relações, auxiliando os pais a protegerem seus filhos dos efeitos danosos de uma abordagem destrutiva de seus conflitos, reduzindo assim traumas decorrentes das mudanças das relações familiares^{5,6}.

A partir da demanda identificada pela 8ª Promotoria da Comarca de Uberaba/MG, referente às dificuldades encontradas durante os processos de divórcio, foi estruturado o projeto de extensão intitulado “*Oficinas de Parentalidade*”. Tal projeto, inicialmente desenvolvido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) com o apoio e acompanhamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi implantado na Comarca de São Vicente-SP com o nome de “*Oficina de Pais e Filhos*”. A intenção do CNJ é que o mesmo tenha abrangência nacional e, em Minas Gerais, a implantação na Comarca de Uberaba-MG é a segunda experiência no Estado e a primeira no interior¹.

O projeto é uma parceria entre a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e a 8ª Promotoria da Comarca de Uberaba/MG, implantado nesta cidade em setembro de 2014, o qual tem por meta ser um instrumento pedagógico a favor das práticas salutares em benefício da família em processo de reconfiguração. Este se baseia na literatura sobre os efeitos do divórcio e na importância de os pais e demais membros da família procurarem maneiras saudáveis de lidar com o fim do casamento, assim como, na experiência de outros países, na execução de programas educacionais voltados às pessoas em fase de reorganização familiar⁵.

Assim como é necessário trabalhar com esta demanda de modo a contribuir com formas não adversárias de solução de conflitos psicoemocionais, também é de extrema necessidade que este tipo de intervenção seja constantemente avaliado e ressignificado. Deste modo justifica-se um contato posterior com os pais que participaram das oficinas visando obter retorno positivo ou negativo das intervenções e analisar qual o impacto das mesmas na relação da nova família, a partir da ótica dos pais e mães².

A análise e a avaliação constantes das práticas realizadas com os pais podem possibilitar novos modelos de intervenção psicossocial da família em processo de divórcio, além de contribuir com a sociedade em geral. Os ex-casais que conseguem lidar de forma positiva com a separação garantem aos filhos um ambiente acolhedor e favorecem que os mesmos não apenas sobrevivam, mas lidem positivamente com as novas vivências pós divórcio. A inserção do momento de avaliação posterior à participação na “*Oficina de Parentalidade*” contribui para a ressignificação das práticas propostas e possibilita pensar uma atuação com a família reconfigurada para além da judicialização⁵.

Cabe ressaltar que o termo família reconfigurada visa contrapor a ideia pejorativa que determinava as famílias após o divórcio como desestruturadas, uma vez que, após a dissolução conjugal, a família passa por reconfigurações tanto em termos estruturais, quanto em termos relacionados à dinâmica do sistema familiar, não se tornando desestruturada; pelo contrário, toda forma de ser família é válida e deve ser respeitada (nuclear monoparental, binuclear, recomposta, ampliada, homoafetiva, dentre outras)⁵.

Posto isto, o objetivo deste trabalho é relatar as representações atribuídas pelos genitores às intervenções realizadas no projeto de extensão “*Oficinas de Parentalidade*” após dois meses da participação.

MÉTODO

Trata-se de estudo qualitativo desenvolvido por meio de entrevistas. O método qualitativo é a forma mais adequada de se compreender um fenômeno social e permite a descrição da complexidade de determinado problema, uma vez que se aprofunda no mundo dos significados. A adoção da metodologia qualitativa proporciona maior liberdade ao pesquisador e ao entrevistado, pois permite várias concepções filosóficas, possibilitando estratégias de investigação, métodos de coleta de dados, análise e interpretação⁷.

Participaram pais e mães em alguma das “*Oficinas de Parentalidade*” entre junho/2016 e novembro/2017. Os genitores aceitaram ser contatados após sessenta dias da participação em alguma oficina e deixaram seus contatos na ficha de avaliação respondida ao final do encontro. Esta ficha consta no material de apoio das oficinas, proposto pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Nela, os pais emitem sua opinião sobre o trabalho realizado e têm a opção de deixarem um contato telefônico caso queiram ser contatados um bimestre a partir da data da oficina.

O instrumento utilizado foi um roteiro estruturado com perguntas abertas, ou seja, uma lista prefixada de perguntas, cuja ordem permanece invariável para todos os entrevistados. Dentre as principais vantagens de utilizar esse instrumento estão a sua rapidez e o fato de não exigir exaustiva preparação dos pesquisadores, o que implica custos relativamente baixos⁸. Os roteiros de perguntas abertas levam o entrevistado a responder com frases ou orações e o pesquisador não está interessado em antecipar as respostas, apenas deseja uma maior elaboração das opiniões do entrevistado⁹. As perguntas elaboradas podem se referir ao que as pessoas sabem, pensam, esperam, sentem ou ao que fazem sobre um determinado assunto⁸.

O roteiro constava de perguntas abertas relativas ao tipo de relacionamento entre pai/mãe e seus filhos antes e após a experiência nas oficinas, como, por exemplo, se houve melhora nos contatos afetivos entre os membros, se algum filho apresentou problemas comportamentais e/ou afetivos como consequência de conflitos ainda mal resolvidos, se houve melhora na convivência do ex-casal, se há desejo e/ou necessidade de intervenção psicológica para algum membro familiar, dentre outras questões.

A abordagem e entrevista dos genitores foi realizada via telefone após o mínimo de dois meses da sua participação em uma oficina de pais. Este tempo foi preconizado pelo CNJ e estipulado pela cartilha nacional, conforme descrito anteriormente⁵.

Telefonou-se de uma sala da 8ª Promotoria de Uberaba, parceira do projeto, que contava com equipamentos, luz e ambiente adequados, permitindo o sigilo das informações. A

entrevistadora passou por um treinamento anterior, ministrado pela coordenadora do projeto, com vistas à adequação de vocabulário, postura e acolhimento necessários para as diferentes demandas que os genitores pudessem apresentar, além de se apropriar do instrumento a ser utilizado; afinal, palavras mal pronunciadas, dificuldade na audição ou dicção de palavras podem resultar em prejuízos, uma vez que as pessoas respondem ao que ouviram¹⁰.

Entrevistou-se no período da manhã (entre 8 e 11h) com os genitores que demonstraram disponibilidade e interesse em responder às perguntas, o que era verificado inicialmente no contato telefônico. Todas as respostas foram anotadas à mão no formulário próprio do roteiro simultaneamente a realização das entrevistas⁸, em roteiros separados por participante e digitadas posteriormente.

Os dados foram considerados de acordo com a técnica de análise de conteúdo¹¹, a qual é *um conjunto de técnicas das análises das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.* (p. 40)

Dentre os procedimentos metodológicos da análise de conteúdo utilizados a partir da perspectiva qualitativa, destacam-se os seguintes: categorização, inferência, descrição e interpretação. As fases da análise de conteúdo organizam-se cronologicamente em: pré-análise, análise do material e o tratamento dos resultados (inferência e interpretação). Estas fases direcionam para a construção de categorias interpretativas que serão analisadas e interpretadas à luz do referencial teórico⁷.

O projeto que deu origem a este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição de origem dos autores (Protocolo n. 52670716.5.0000.5154), e está amparado na resolução nº 466, de 12/12/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS

Participaram 126 pais e mães presentes em alguma das oficinas. A partir das respostas, percebeu-se como positiva a participação de pais e mães no projeto “*Oficinas de Parentalidade*”. Grande parte dos entrevistados relataram mudanças em suas vidas, disseram conseguir refletir sobre a forma de agir com os filhos menores e como lidar com os conflitos existentes.

A maioria dos entrevistados lembrou-se dos conteúdos trabalhados, inclusive ao elencar tópicos como alienação parental, comunicação violenta, consequências emocionais do divórcio, dentre outros. O tema “*alienação parental*” surgiu como um dos que pode trazer mais prejuízos psicológicos para os filhos, na visão dos participantes. Os recortes das entrevistas abaixo retratam esse fato:

Ajudou demais! O meu ex e meu filho estão conversando mais. Tem que ser com calma para o filho entender (...)
Participante 01

Sim, gostei muito. Me deixou mais calma diante da situação, mais consciente. Participante 33

Sim. A mim ajudou bastante. Antes da oficina eu fazia coisas com meus filhos que eu não sabia que era prejudicial a eles e não percebia que estava fazendo. Participante 37

Sim, claro! Você não pode usar os filhos para atingir outra parte. Devemos sempre tratá-los melhor e fazer o máximo por eles. Participante 13

Muito, muito! Eu achava que minha filha era obrigada a me visitar e agora sei que ela só vem se ela quiser. Participante 20

Sim, ver mais a individualidade dos meus filhos e escutá-los mais. Tento não proibir eles de ficar com o pai e a madrasta. Participante 33

87% dos participantes afirmou que as oficinas ajudaram a refletir em relação ao ex-cônjuge. Além disso, pôde-se verificar falas de participantes afirmando que as oficinas os ajudaram a entender e aceitar a presença do atual companheiro de seu ex:

Sim [...] Antes pegava mais no pé deles com o pai e a namorada, a gente é egoísta tem hora, mas agora vejo mais o lado dos meus filhos, deixo eles mais à vontade [...] Com o ex antes já não brigávamos mesmo, mas agora estamos mais unidos em relação aos filhos [...] Participante 27

Sim, porque a visão em relação à ex mudou, hoje vejo que os dois erraram e não só ela, como antes pensava. Participante 42

Sim. Vejo que ninguém é obrigado a ficar com ninguém [...] Ela tem livre arbítrio para escolher com quem quer ficar, hoje entendo mais isso. Participante 49

Alguns participantes relataram ter aprendido a lidar com os conflitos do seu processo com outras pessoas que participaram das oficinas e apresentavam problemas semelhantes aos seus. Este fato pode ser identificado nos seguintes trechos de entrevistas:

Sim. Era tudo novo, eu não estava preparado para enfrentar os problemas do processo que estava passando. Hoje estou mais preparado, vendo como outras pessoas que estão passando por isso agem. Participante 07

Sim [...] Aprendi com a experiência de outras pessoas que participaram, hoje separo os assuntos de adulto e de criança. Participante 49

Percebeu-se também que as reflexões feitas durante as oficinas resultaram em um maior reconhecimento da importância do trabalho do psicólogo:

[...] Procurei psicóloga do CRAS, afinal acredito que a criança precisa de psicólogo por causa do processo [...] Participante 01

Sim, muito. Inclusive fomos até em uma psicóloga e ela disse que estamos bem. Melhorou muito, segundo o juiz mais de 50%. Participante 56

[...] Ele está fazendo terapia, estamos na verdade, pois eu também estou fazendo [...] Participante 57

DISCUSSÃO

As respostas emitidas pelos 126 participantes foram analisadas em seus conteúdos qualitativamente. A partir disso, chegou-se a três categorias de análises, a saber: *Impactos das “oficinas de parentalidade” para a vida dos participantes e seus filhos; Reavaliando os conceitos a respeito de ex-cônjuges e família reconstituída; e Aprendendo com o Grupo.*

Impactos das “oficinas de parentalidade” para a vida dos participantes e seus filhos

Durante algum tempo acreditou-se que todo divórcio causava traumas para os filhos, porém estudos mostraram que esse fato não é verdadeiro. Afinal, percebeu-se que a exposição aos conflitos dos pais é mais danosa aos filhos do que o divórcio em si. Altos níveis de conflito entre os pais resultam em problemas emocionais, físicos e de autoestima para os filhos⁵.

Em consequência ao fato de o divórcio poder representar um período de desestabilização emocional e psicológico surgiram programas de intervenção, cuja finalidade é ajudar as famílias a enfrentar os desafios trazidos por essa dissolução conjugal. Esses programas buscam, por um lado, a redução de comportamentos e relações destrutivas e, por outro lado, a promoção da criação de novos limites relacionais, novas fronteiras e reorganização dos vínculos emocionais².

As “Oficinas de Parentalidade” se constituem como um destes programas de intervenção que representam um espaço acolhedor e de aprendizado no qual os participantes são levados a refletir sobre suas atitudes e formas de comunicação, semelhante a outros programas de intervenção com a mesma finalidade, como, por exemplo, os grupos que fomentam reflexões e diálogos entre pais e mães divorciados desenvolvidos em universidades ou mesmo no judiciário^{12,13}. Nessas oficinas, os participantes que exercem a parentalidade são instruídos que cabe a eles oferecer ambiente adequado, seguro e de afetividade para seus filhos, visto que com a nova reconfiguração familiar, a família continuará a existir em diferentes moldes, principalmente para as crianças ou adolescentes envolvidos¹.

Investigações realizadas acerca da eficácia desses programas mostraram, de uma forma geral, que as intervenções são válidas e apresentam resultados positivos tais como equilíbrio e bem-estar psicológico dos pais, diminuição dos fatores e padrões de risco aos filhos, fortalecimento dos fatores protetores através do empoderamento parental e o enfraquecimento e diluição dos conflitos parentais, verificando as necessidades desenvolvimentais dos filhos¹⁴.

De acordo com o estudo de Silva et al.¹: *as oficinas possibilitaram um momento de reflexão e identificação dos pais com os temas discutidos, além de um espaço para que possam falar a respeito dos conflitos que estão envolvidos.* (p. 23)

Deve-se destacar que as Oficinas de Parentalidade promovem um empoderamento aos pais, indispensável para que consigam administrar seus conflitos com responsabilidade e respeito, em prol do desenvolvimento emocional saudável de seus filhos⁵.

Reavaliando os conceitos a respeito de ex-cônjuges e família reconstituída

Atualmente nota-se com frequência na sociedade um relacionamento hostil entre pessoas ex-casadas, representando vários tipos de condutas inadequadas, o que dificulta a reconstrução da integridade de cada cônjuge e de seus filhos. É possível verificar ex-cônjuges que possuem um comportamento amigável, porém o que se tem visto na maior parte das vezes são pessoas trocando diversos insultos e envolvidas em prolongadas discussões⁶.

No desenrolar dos processos de divórcio, observa-se a dificuldade dos genitores em lidar com a modificação da estrutura familiar e em exercer as suas responsabilidades parentais. Logo, os genitores devem pensar na parentalidade e não apenas na dissolução da conjugalidade, visando garantir o bem-estar dos filhos após a separação¹⁵.

De acordo com o estudo de Silva et al.¹: *a maior vantagem que se pode obter da participação na oficina é a conscientização da família de que a fase do rompimento, embora delicada, pode ser transposta sem que a família seja destruída, tendo os filhos o direito de conviver com ambos os genitores em igualdade de condições.* (p. 25)

O encontro de pessoas que vivenciam problemas semelhantes, em intervenções semelhantes às oficinas, proporciona enxergar sua própria situação de maneira diferente, enumerando novas alternativas, caminhos e possibilidades que não o simples enfrentamento com o ex-cônjuge. No estudo de Brito e Silva², viu-se que houve reflexões importantes capazes de reformular pensamentos, inclusive promovendo uma melhora no diálogo com o ex-parceiro.

Desde que o projeto foi implantado na cidade de Uberaba-MG, percebeu-se que muitos processos judiciais resultaram em acordo. Percebe-se ainda que muitos ex-casais que passaram pela Oficina de Parentalidade chegam às audiências com conceitos absorvidos por essa experiência¹.

Aprendendo com o Grupo

Quando uma pessoa está inserida em um grupo, ela pode tanto aprender como ensinar conteúdos para outros participantes, uma vez que, além de efetivamente dar apoio à pessoa necessitada, amplia seus horizontes pessoais e relacionais, levando-a para uma reflexão interna¹. Acredita-se que no trabalho com grupos existem aspectos que contribuem para promover aprendizagem e mudanças na subjetividade e, em consequência, diminuir o trauma ocasionado².

Os encontros proporcionados pelas oficinas não têm, a princípio, uma perspectiva terapêutica, mas se aproxima disto, pois apresentam um caráter acolhedor, proporcionando um espaço no qual as pessoas podem se relacionar promovendo trocas e ressignificações de experiências, com a garantia ética do sigilo das informações que são disponibilizadas durante as oficinas¹.

As “Oficinas de Parentalidade”, além de levarem a pessoa à reflexão necessária sobre seus comportamentos frente aos filhos e aos ex parceiros, também pretendem apresentar recursos, como comunicações não violentas, empoderamento dos participantes acerca de seus direitos e atitudes, bem como o fomento ao diálogo entre as partes envolvidas. Assim, são apresentadas aos participantes maneiras salutares de resolução de conflitos, demonstrando que a dissolução conjugal não indica o fim das relações familiares, e buscando prover alternativas que possibilitem um divórcio menos destrutivo, auxiliando as famílias em processos de reconfiguração².

CONCLUSÃO

Percebeu-se que a maioria dos entrevistados relatou que as oficinas promoveram mudanças positivas em suas vidas e no convívio com seus filhos e com o ex-cônjuge. Muitos foram os relatos de que, após a participação, o relacionamento entre pais e filhos melhorou e temas que antes não eram considerados como danosos agora o são, como, por exemplo, alienação parental. Outro tipo de relacionamento que apresentou melhora foi entre os ex-

cônjuges, os quais passaram a respeitar mais um ao outro visando garantir o bem-estar de ambos, como também dos filhos. Houve possibilidade de crescimento e aprendizagem com a experiência em grupo, inclusive com reavaliações importantes na esfera dos relacionamentos interpessoais e familiares, com o objetivo de proteger os filhos menores de possíveis danos psicossociais decorrentes dos conflitos vivenciados.

Para além da judicialização, a atenção integral às famílias em processo de reconfiguração implica em novos desafios aos profissionais que se deparam cotidianamente com as implicações de um divórcio destrutivo nas relações familiares. Assim, projetos como este fomentam discussões acerca das prementes necessidades sociais contemporâneas e propõem práticas em favor da proteção à família, vislumbrando, cada vez mais, a criação e o aperfeiçoamento de políticas públicas que favoreçam a continuidade das relações parentais e a inibição de práticas alienantes após fim da união conjugal.

Compreende-se, todavia, que os resultados obtidos podem colaborar para estimular iniciativas que auxiliem as famílias em reconfiguração, bem como fomentar o aprimoramento de intervenções já existentes. Neste sentido, estudos que incluam diferentes membros do grupo familiar como pais, mães e filhos devem ser estimulados.

Ademais, diante da diversidade de demandas judiciais, psicológicas e sociais advindas da dissolução conjugal e enfrentadas diariamente pelas equipes que militam em prol do bem estar familiar, sugere-se, também, a construção de pesquisas que envolvam os profissionais que atuam com famílias em processos de divórcio/dissolução conjugal e que empreguem métodos que estimulem a criação de espaços de diálogo, suporte e reflexão acerca de suas próprias práticas, amparando, assim, a construção de estratégias que auxiliem os profissionais em sua capacitação e repercutam em um trabalho cada vez mais eficaz em benefício das famílias.

Diante da complexidade do fenômeno das dissoluções conjugais e suas repercussões nas relações entre pais e filhos e, tem-se como limitação a impossibilidade de generalização, pois abrangeu somente as representações dos genitores acerca das oficinas. Por outro lado, a contribuição em termos de melhoria de relações dos genitores e a possibilidade de se repetir tal atividade em outras regiões está dada.

REFERÊNCIAS

1. Silva LM, Aragão AS, Silva LCCM, Julião CH, Lavor MDD, Chagas LMO, et al. Oficinas de parentalidade. Participação [Internet]. 2015 [citado em 02 set 2019]; 27:18-26. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/22259/20304>
2. Brito MM, Silva AAB. A mediação familiar e o fim do relacionamento conjugal: o problema do acesso à justiça e a experiência das oficinas de parentalidade. Rev Formas Cons Soluç Confl. [Internet]. 2017 [citado em 02 set 2019]; 3(2):19-36. Disponível em: <http://www.indexlaw.org/index.php/revistasolucoesconflitos/article/view/2255/pdf>
3. Kostulski CA, Christofari GC, Bloss GM, Arpini DM, Paraboni P. Coparentalidade em famílias pós-divórcio: uma ação desenvolvida em um núcleo de práticas judiciárias. Pensando Famílias [Internet]. 2017 [citado em 02 set 2019]; 21(2):105-17. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v21n2/v21n2a09.pdf>
4. Catenace RV, Scapin AL. Síndrome da alienação parental: efeitos psicológicos gerados na tríade familiar pela síndrome da alienação parental. Uningá Rev. [Internet]. 2016 [citado em 02 set 2019]; 28(1):70-7. Disponível em: <http://revista.uninga.br/index.php/uningareviews/article/view/1855/1455>
5. Ministério da Justiça (Brasil), Conselho Nacional de Justiça (Brasil). Oficina de pais e filhos: cartilha do instrutor. Brasília, DF: Ministério da Justiça; 2015. 169p.
6. Leite DEM, Oliveira Neta MR. Síndrome da alienação parental-SAP: o resultado de uma guerra familiar. Direito Realidade [Internet]. 2016 [citado em 02 set 2019]; 28(1):70-7. Disponível em: <http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/direito-realidade/article/view/957/675>

7. Minayo MCS. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. In: Minayo MCS, organizadora. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. Rio de Janeiro: Vozes; 2010. p. 61-77.
8. Gil AC. Como elaborar projetos de pesquisa. 6ed. São Paulo: Atlas; 2017. 192p.
9. Richardson RJ. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3ed. São Paulo: Atlas; 2011. 336p.
10. Cassiani SHB, Zanetti ML, Pelá NTR. Entrevista por telefone: estratégia metodológica para coletar informações da população. Rev Paul Enferm. 1992; 11(1):30-4.
11. Bardin L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70; 2011. 280p.
12. Silva LO, Oliveira LRRC, Soares LCEC, Rapizo RL. Diálogos com pais e mães separados: grupos reflexivos no sistema de justiça. Nova Perspec Sist. [Internet]. 2018 [citado em 02 set 2019]; 27(62):88-108. DOI: <http://dx.doi.org/10.21452/2594-43632018v27n62a06>
13. Rapizo RL. Espaço de conversas sobre o divórcio: a diferença de posicionamento como recurso para transformação. Nova Perspect Sist. [Internet]. 2014 [citado 02 set 2019]; 23(50):32-50. Disponível em: <https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/90>
14. Lamela D, Castro M, Figueiredo B. Pais por inteiro: avaliação preliminar da eficácia de uma intervenção em grupo para pais divorciados. Psicol Reflex Crít. [Internet]. 2010 [citado em 02 set 2019]; 23(2):334-44. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722010000200016>
15. Schneebeli FCF, Menandro MCS. Com quem as crianças ficarão? Representações sociais da guarda dos filhos após a separação conjugal. Psicol Soc. [Internet]. 2014 [citado em 02 set 2019]; 26(1):175-84. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000100019>

CONTRIBUIÇÕES

Lais Macedo Costa contribuiu na redação, coleta, análise e interpretação dos dados. **Liniker Douglas Lopes da Silva** participou na interpretação e análise dos dados, redação e revisão. **Alice de Oliveira Fagundes** atuou na coleta dos dados e revisão. **Luciana Maria da Silva** contribuiu na orientação, concepção e revisão.

Como citar este artigo (Vancouver)

Costa LM, Silva LDL, Fagundes AO, Silva LM. Acompanhando famílias em processo de reconfiguração: representações atribuídas pelos genitores egressos das “oficinas de parentalidade”. REFACS [Internet]. 2020 [citado em *inserir dia, mês e ano de acesso*]; 8(Supl. 2):711-718. Disponível em: *inserir link de acesso*. DOI: *inserir link do DOI*.

Como citar este artigo (ABNT)

COSTA, L. M.; SILVA, L. D. L.; FAGUNDES, A. O.; SILVA, L. M. Acompanhando famílias em processo de reconfiguração: representações atribuídas pelos genitores egressos das “oficinas de parentalidade”. REFACS, Uberaba, MG, v. 8, p. 711-718, 2020. Supl. 2. Disponível em: *inserir link de acesso*. Acesso em: *inserir dia, mês e ano de acesso*. DOI: *inserir link do DOI*.

Como citar este artigo (APA)

Costa, L.M., Silva, L.D.L., Fagundes, A.O., & Silva, L.M. (2020). Acompanhando famílias em processo de reconfiguração: representações atribuídas pelos genitores egressos das “oficinas de parentalidade”. REFACS, 8(Supl. 2), 711-718. Recuperado em *inserir dia, mês e ano de acesso* de *inserir link de acesso*. DOI: *inserir link do DOI*.